

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
IV SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO
1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso
Porto Alegre, de 10 a 13 de novembro de 2009

**O FUNCIONAMENTO DA AUTORIA E OS EFEITOS DE MEMÓRIA NO
PROCESSO DISCURSIVO DE REFORMULAÇÃO DE LIVROS**

Adriana Pozzani de La Vielle e Silva
adriana.vielle@yahoo.com.br
Mestre em Estudos da Linguagem
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Produzido a partir de minha Dissertação de Mestrado (SILVA, A.P.L.V. *Entretexutualidade nas fronteiras do enunciável: um olhar sobre o processo discursivo de reformulação de livros*, 2009), Pesquisa essa orientada pela Prof.^a Dr.^a Freda Indursky (UFRGS), o presente trabalho toma por objeto de análise o processo discursivo de reformulação de livros. Aproximamo-nos do referido processo discursivo a fim de examinar os mecanismos subjetivos de apropriação, reprodução e transformação de parcelas de saber. Vale dizer que a modalidade de reformulação que ora nos mobiliza, modalidade essa compreendida como referente ao caso de reformulações autorais que incidem, em especial, sobre a relação *sujeito-ideologia* e afetam, precisamente, “o que pode/deve – ou não – ser dito” (ou seja, o próprio “enunciável” de uma dada formação discursiva), não é, de modo algum, mero “capricho” do sujeito-autor; pelo contrário: ela convoca/atraversa toda uma rede sócio-histórica – ideológica – de práticas discursivas (anteriores, simultâneas, futuras).

Ao inscrever a edição revista na historicidade, ao buscar seu domínio de memória, procuramos compreender os movimentos interpretativos do sujeito-autor-revisor e investigamos as relações tecidas entre tal sujeito e duas versões de “seu” livro. Ao cotejar essas distintas edições, explicitamos os efeitos de sentido que se produzem a partir de formulações de cada uma. Como se sabe em Análise do Discurso, a partir do *domínio de memória* de uma sequência – domínio esse definido por J.-J. Courtine (Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours, 1982, p.254) enquanto uma “pluralidade contraditória” de sequências discursivas –, podem-se analisar as relações entre a produção de uma formulação e as repetições/rupturas ali colocadas em cena.

Exposto o que precede, diremos que as questões norteadoras da presente reflexão consistem nas seguintes: de que modo o sujeito-autor-revisor se relaciona com as versões de “seu” livro? Como o trabalho de autoria, “costurando” entre si o mesmo e o diferente, afeta as redes de memória? Vejamos.

1 UM OLHAR DISCURSIVO SOBRE A REFORMULAÇÃO DE LIVROS

Se todo discurso é parte de um processo discursivo contínuo e mais amplo (PÊCHEUX, M. *Análise automática do discurso*, 1993), há, pois, um processo único (a ordem do discurso) no interior do qual se inscrevem, em distintas condições sócio-históricas, as edições “de partida” e “revista”. Tal ordem do discurso, inapreensível em si mesma, só pode ser tomada através de objetos simbólicos (os livros, no caso) que, ao recortarem-na sócio-historicamente e materializarem-na linguisticamente, a trazem como um elemento constitutivo de suas próprias existências. Nessa perspectiva, não há, propriamente, no caso em tela, uma sucessão de edições (aliás, estas últimas coexistem, apesar da *ilusão* de que uma invalida a outra); o que ocorre, de fato, é a sucessão de uma dada relação “sujeito-saber-ideologia na conjuntura X” por outra relação “sujeito-saber-ideologia na conjuntura Y”.

A arena de posições ideológicas instaurada durante a elaboração da edição revista permite investigar os embates discursivos, oscilações, reformulações que fazem ressoar linguisticamente o que é da ordem do ideológico. Vale dizer que lidamos, aqui, com práticas discursivas que têm por objetivo invalidar determinadas parcelas de saber (e posicionamentos a elas vinculados) e, simultaneamente, validar a legitimação de outras parcelas (e respectivas tomadas de posição).

Vejam, pois, algumas sequências discursivas (SDs), não sem antes esclarecer que os grifos são nossos e que, metodologicamente, EP refere “edição de partida”, ER o faz quanto à “edição revista”, e o símbolo Ø, por sua vez, indica a ausência, na EP, de formulações passíveis de cotejo.

- (SD1) EP – Ø (Todorov, T. *Estruturalismo e Poética*, 1970)
ER – *O texto que se segue é bastante diferente do que, escrito em 1967, figurava sob o mesmo título [...]. A razão disso é dupla: o campo da Poética não é mais hoje o que era há seis anos e eu próprio não o encaro sempre da mesma maneira. Mas um texto totalmente novo não poderia mais integrar-se em nosso projeto inicial. Preservei, portanto, a intenção geral e o quadro da primeira versão [...], modificando, contudo, o enunciado cada vez que isso se tornou necessário para prestar contas do atual estado da Poética.* (Todorov, T. *Estruturalismo e Poética*, 1976, p.7)
- (SD2) EP – *Substantivo é o nome com que designamos seres em geral* – pessoas, animais e coisas. (Bechara, E. *Moderna Gramática Portuguesa*, 1987, p.73)
ER – **Substantivo** – *é a classe de lexema que se caracteriza por significar o que convencionalmente chamamos objetos substantivos, isto é, em primeiro lugar, substâncias (homem, casa, livro) e, em segundo lugar, quaisquer outros objetos mentalmente apreendidos como substâncias, quais sejam: qualidades (bondade, brancura), estados (saúde, doença), processos (chegada, entrega, aceitação).* (Bechara, E. *Moderna Gramática Portuguesa*, 2005, p.112)
- (SD3) EP – Pelo fato de haver escritura e não mais somente leitura, *a crítica* diz algo que a obra estudada não diz, mesmo que pretenda dizer a mesma coisa. Pelo fato de elaborar um novo livro, *a crítica* suprime aquele de que fala. / *Há graus nessa transgressão da imanência. / No caso da descrição, o objeto de estudo é esta ou aquela obra literária particular; o objetivo é permanecer tão próximo quanto possível da obra propriamente dita.* (Todorov, T. *Estruturalismo e Poética*, 1970, p.13)
ER – Pelo fato de haver escritura e não mais somente leitura, *o crítico* diz algo que a obra estudada não diz, mesmo que pretenda dizer a mesma coisa. Pelo fato de elaborar um novo livro, *o crítico* suprime aquele de que fala. / *O que não quer dizer que essa transgressão da imanência não tenha graus. / Um dos sonhos do Positivismo em Ciências Humanas é a distinção, ou seja, a oposição entre interpretação – subjetiva, vulnerável, enfim, arbitrária – e descrição, atividade certa e definitiva. Desde o século XIX, formularam-se projetos de uma “crítica científica” que, tendo banido toda “interpretação”, não seria mais que pura “descrição” das obras. [...]* (Todorov, T. *Estruturalismo e Poética*, 1976, p.12-13)

Vejamos a SD1, cujas formulações provêm da “Nota sobre esta edição”, escrita por T. Todorov à edição revista de *Estruturalismo e Poética* (4.ed.rev./ampl., 1976). Claramente, o sujeito-autor-revisor pontua sua contra-identificação com o posicionamento que assumira na EP e coloca a nova conjuntura: “o campo da Poética não é mais hoje o que era há seis anos e eu próprio não o encaro sempre da mesma maneira” (cf.SD1). Nessa SD, ainda que figure o alerta de que o texto da ER é, na verdade, distinto daquele da EP (e assumido, de fato, como uma reelaboração), é dominante, porém, o *lugar de entremeio* de um sujeito-autor-revisor *oscilante* entre dizer do mesmo e dizer do outro. E isto, na medida em que há um limite para a diferença, senão o texto já não poderia mais se inscrever no “projeto inicial” que orienta a versão anterior (pensar a Poética em sua relação com o Estruturalismo).

Constata-se, a partir daí, o fato de que antes mesmo de revelar um compromisso social com o sujeito-leitor e com a produção de conhecimento, o processo de reformulação sinaliza o compromisso do sujeito-autor com sua própria condição. Isto porque tal sujeito apenas se reconhece como autor se aquilo que ele produz lhe aparece como algo de que se possa dizer: “faz sentido publicar isso”; ora, EP já não se enquadra mais neste perfil.

Precisamente aqui, cabe lembrar que a autoria enquanto função assumida por um sujeito é, para E.P. Orlandi (*Análise de Discurso: princípios & procedimentos*, 2007, p.75), a que está mais determinada pela exterioridade, pelo contexto sócio-histórico: “Sendo a autoria a função mais afetada pelo contato com o social e com as coerções, ela está mais submetida às regras das instituições e nela são mais visíveis os procedimentos disciplinares”. Ainda segundo Orlandi, “a assunção da autoria implica uma inserção do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto sócio-histórico” (*idem*, p.76). Avançando, diremos que o sujeito, atravessado por *n* discursos, desprende-se de seu lugar de autor, ocupa o lugar de leitor e, a partir daí, reformula o texto desde nova posição ideológica em nova conjuntura sócio-histórica. No caso em tela, a função-autor é, pois, exercida a partir do lugar em que o sujeito se faz leitor de si.

O fato é que o sujeito não tem como negar que anteriormente construiu de modo diverso o livro que ali está, e por aí se instaura uma contradição no processo de reformular o texto: ao explicitar a ocorrência da reformulação, ER abre espaço à deriva de sentidos resultantes de outras relações entre sujeito-língua-história: há outros sentidos em algum lugar; no caso em questão, na EP. Justificada, porém, a existência da edição revista (por meio de Prefácio e/ou nota do Autor), então o restante do texto flui sob a *ilusão* da homogeneidade. Quanto a isto, é bem interessante analisar as SDs 2 e 3.

Composta por formulações extraídas da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Bechara (1987; 2005), a SD2 permite constatar as significativas mudanças ocorridas na maneira de conceituar a categoria *substantivo*. Pela contra-identificação do sujeito-autor com determinadas parcelas de saber (e consequente identificação com parcelas outras), instaura-se um confronto a propósito de definições que uma posição ideológica X (e não outras) permite atribuir à categoria teórica em tela. Assim, de “*Substantivo* é o nome com que designamos seres em geral – pessoas, animais e coisas” (EP), passa-se, na ER, a definir *Substantivo* como referente à “classe de lexema que se caracteriza por significar o

que convencionalmente chamamos *objetos substantivos*, isto é, em primeiro lugar, substâncias (*homem, casa, livro*) e, em segundo lugar, quaisquer outros objetos mentalmente apreendidos como substâncias”. Vale notar, na ER, a exclusão da clássica referência aos “seres” (referência esta presente na EP), e, sobretudo, a incorporação de novos termos, tais como *objetos substantivos* e *lexema*.

É interessante notar, também, que a resignificação dessa categoria *substantivo* (SD2) faz com que, uma vez tomada a coexistência das duas edições, se tenham duas respostas muito distintas à questão “O que se pode definir como sendo *substantivo* em Português?”. No entanto, uma palavra X, ou mesmo um enunciado Y, não significa só o que lhe é atribuído na ER, mas também o que lhe havia sido atribuído na EP: assim, o sentido na EP, sendo residual, ressoa pela memória discursiva, em cuja rede de formulações se inscreve cada sequência analisada.

Já na SD3, a emergência do diferente aparece de modo um tanto mais radical: costurado aos saberes cuja reprodução é ainda autorizada. Extraída do primeiro capítulo em ambas as edições de *Estruturalismo e Poética* (1970; 1976), de T. Todorov, a SD3 permite refletir, inicialmente, sobre a questão pessoa/instituição, na medida em que se tome como ponto de partida a mudança de “a crítica” (EP) para “o crítico” (ER). Vê-se aí um deslocamento do geral (a crítica enquanto coletividade) para o mais ou menos específico (o crítico enquanto um sujeito institucionalmente inserido; aliás, neste caso, sujeito ocupante de um lugar discursivo que o permite expor uma posição X quanto a um livro Y).

Observando-se, nessa SD, a amplitude que não fazemos mais do que sinalizar, pode-se ver, ainda, a inserção de reflexões sobre o Positivismo, reflexões estas que não figuram na edição anterior visto que ali não havia a preocupação em construir grandes explanações sobre interpretação. Ora, EP focaliza basicamente a descrição; já ER, enfatizando a interpretação, traz em sua materialidade textual os novos saberes costurados por meio de um “gancho” feito com o que estava sendo dito sobre interpretação. Veja-se: “Um dos sonhos do Positivismo em Ciências Humanas é a distinção, ou seja, a oposição entre interpretação – subjetiva, vulnerável, enfim, arbitrária – e descrição, atividade certa e definitiva.”. A partir daí, são inseridas considerações em torno da relação entre ciência, interpretação, obra literária e Poética, numa busca por esclarecer objeto e método próprios a este domínio de saber.

A partir da análise das SDs mobilizadas acima, pode-se observar que, em Prefácios ou Notas do Autor, a constatação de mesmo/outro é relativamente mais visível, porque colocada, de algum modo, pelo próprio sujeito. Porém, quando se sai desse espaço, a superfície textual da ER, por si só, não permite entrever a separação entre *mesmo* e *outro*: a costura entre estes é “perfeita”, homogênea, resultante do *trabalho de textualização* (cf. INDURSKY, F. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura, 2001) efetuado pelo sujeito-autor-revisor, trabalho esse graças ao qual emerge o “efeito-texto”, a impressão de que tudo o que havia de ser dito (diríamos: reformulado) efetivamente o foi por um sujeito suposto como origem daquilo que se apresenta como “seu texto”, ou, no caso, como edições de “seu livro”.

O trabalho do sujeito reconstrói de tal modo a nova edição, que diferenças e semelhanças com a anterior só são perceptíveis, se não por cotejo direto, então via memória discursiva, uma vez que, na

materialidade linguística, a sintaxe encarrega-se de apagar perfeitamente os vestígios do avesso textual da edição revista, qual seja esse avesso: a edição de partida. A escrita da ER é, pois, atravessada por ecos da EP, edição esta que emerge e atesta memorialmente a exterioridade constitutiva da ER. Joga-se, aí, com o contato e o confronto entre o visível e o não-visível (nem por isso invisível); o ainda presente/lembrado e o ausente/esquecido; o repetido e o reformulado, por meio das diferentes versões.

Ao cotejar essas versões de livro e examinar tanto os efeitos de sentido, quanto os modos por que o sujeito-autor-revisor se relaciona com tais versões, pudemos flagrar a passagem de uma dada maneira de *enunciar os saberes da FD* a uma outra (ou seja, o *acontecimento enunciativo*, cf. INDURSKY, F. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso, 2008).

Diante de tudo quanto precede, pode-se logo constatar que, em virtude do estatuto memorial da edição de partida, o exame do processo discursivo de reformulação de livros permite mais do que a mera constatação do quanto essa prática discursiva de reformulação fomenta a continuidade científica do domínio de saber em cujo interior ocorre. Uma vez realizado à luz da Análise do Discurso, tal exame possibilita acessar e compreender a (re)construção da memória histórica dos domínios de saber em questão; no caso da presente análise, são eles a Poética e a Gramática.

PARA CONCLUIR

Pudemos capturar os embates do sujeito com a ideologia no exato instante em que tais embates colocam em jogo a fronteira entre o “enunciável” e o “não-mais-enunciável” no interior da formação discursiva. Tomado na teia das contradições históricas do campo em que se constitui, o sujeito entra num jogo de repetir/deslocar/esquecer, procedimentos estes aos quais cabe a metáfora topológica do nó, já que eles formam um verdadeiro nó na materialidade textual da edição revista. Esta última se desdobra, então, num gesto simultâneo de proximidade e distanciamento quanto à edição anterior: proximidade em virtude das determinações ideológicas que ainda permitem a manutenção da parcela repetível de saberes; distanciamento em virtude de tudo o que, uma vez precisando ser esquecido, deve ser ressignificado, embora subterraneamente retorne como avesso do intradiscurso.

Considerar a contradição instaurada no interior de um campo de saber pelo viés da contra-identificação subjetiva, abre espaço para a emergência do outro, o esquecido que, paradoxalmente, se mostra e se esconde sob a materialidade da edição revista. À moda do episódio de Clémentis – como Courtine (*La toque de Clémentis*, 1982) resgata de Kundera –, pelo qual Clémentis, ainda que apagado da fotografia, faz-se nesta ainda presente memorial e materialmente através de seu chapéu, que emprestara a Gottwald, da mesma forma a EP faz-se assim presente apesar da pretensão de que possa ser apagada em prol da ER. Nesta, aquela se mostra presente, mas transformada; ou ainda, presente pela necessidade de que se a esqueça; deve-se trazê-la à tona para dizer que ela já não funciona mais

como algo que “faz sentido ser publicado e academicamente mencionado”; enfim, para justificar antes da substituição, a diferença e a primazia da nova.

Mesmo situado no interior do confronto entre o que podia/devia ser dito antes e aquilo que pode/deve ser dito agora, o sujeito procura construir uma unidade fechada, da qual os sentidos possam emergir como evidentes, como se não houvessem sido outros. Se, por um lado, a homogeneidade ilusória da ER emerge enquanto condição *sine qua non* de sua leitura, por outro, desde o próprio desdobramento inicial do livro (em Nota do Autor e/ou em Prefácio) já se pode flagrar a instauração de buracos: a palavra denuncia a equivocidade do sentido; o discurso, a heterogeneidade da formação discursiva; e o novo posicionamento do sujeito, a cisão da ideologia. O novo livro desconstrói a unidade aparente da edição de partida e ao fazê-lo atestando a incompletude dessa, acaba por acentuar sua própria. Assim, ER tanto não preencherá todas as lacunas da EP, quanto será – também ela – um texto repleto de lacunas.

Se se toma o alerta de M. Pêcheux (*Análise automática do discurso*, 1993), de que um discurso sempre remete para outros, sempre atualiza outros, então, até mesmo EP é, igualmente, uma edição atualizada (ainda que sequer o pretenda ou afirme), na medida em que atualiza em novas formulações uma série de enunciados já-ditos em outras ocasiões por outros sujeitos e pelo mesmo.